

João Queirós - *Da afirmação de uma «questão urbana» à produção das primeiras respostas urbanísticas do Estado: crise sanitária, movimento higienista e estruturação do campo burocrático perspetivadas a partir do Porto*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 157-180. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e3

Da afirmação de uma «questão urbana» à produção das primeiras respostas urbanísticas do Estado: crise sanitária, movimento higienista e estruturação do campo burocrático perspetivadas a partir do Porto

From the rise of an «urban question» to the production of the first state-led urban interventions: sanitary crisis, hygienist movement and the structuring of the bureaucratic field as seen in Porto, Portugal

De l'a affirmation d'une «question urbaine» à la production des premières réponses urbanistiques par l'État : crise sanitaire, mouvement hygiéniste et structuration du champ bureaucratique à Porto, Portugal

De la afirmación de una «cuestión urbana» à la producción de las primeras respuestas urbanísticas del Estado: crisis sanitaria, movimiento higienista y estructuración del campo burocrático en Oporto, Portugal

João Queirós
ESE - Instituto Politécnico do Porto/IS-UP
jqueiros@letras.up.pt

Resumo: O presente artigo explora os antecedentes e condições de afirmação e consolidação do papel do Estado no domínio do urbanismo no final do século XIX e início do século XX, tomando como referência e ilustração o caso da cidade do Porto. A crise sanitária decorrente do surto de peste bubónica registado na cidade em 1899 é o mote para uma reflexão sobre a relevância do movimento higienista na produção e disseminação de uma nova forma de perspetivar a intervenção urbanística e habitacional do Estado na cidade e no processo de estruturação do campo burocrático português e portuense que naquele momento histórico se observará.

Palavras-chave: Higienismo; urbanismo; campo burocrático; Porto.

Abstract: This article explores the preconditions and modes of affirmation and strengthening of the role of the state in urbanism and urban intervention, taking as reference and example the case of the city of Porto, in Portugal. The sanitary crisis that follows the surge of bubonic plague observed in this city in 1899 is the motto for the development of an analysis on the relevance of the hygienist movement in the production and dissemination of a new way of envisaging the state's intervention in the city and in the structuring of the bureaucratic field that this specific historic period testifies.

Keywords: Hygienism; urbanism; bureaucratic field; Porto.

Résumé: Cet article explore les antécédents et les conditions d'affirmation et de consolidation du rôle de l'État dans l'urbanisme à la fin du XIXème siècle et au début du XXème siècle, en considérant le cas de Porto, au Portugal. La crise sanitaire qui résulte de l'épidémie de peste bubonique observée dans cette ville en 1899 est le point de départ pour une réflexion sur l'importance du mouvement hygiéniste dans la production et diffusion d'une nouvelle façon d'envisager l'action de l'État aux domaines urbanistique et du logement urbain et dans le processus de structuration do champ bureaucratique au Portugal et à Porto qu'on peut observer en ce moment historique.

Mots-clés: Hygiénisme; urbanisme; champ bureaucratique; Porto.

Resumen: Este artículo explora los antecedentes y condiciones de la afirmación y consolidación del papel del Estado en el urbanismo al final del siglo XIX e inicios del siglo XX, tomando como referente y ejemplo

João Queirós - *Da afirmação de uma «questão urbana» à produção das primeiras respostas urbanísticas do Estado: crise sanitária, movimento higienista e estruturação do campo burocrático perspectivadas a partir do Porto*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 157-180. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e3

el caso de Oporto, en Portugal. La crisis sanitaria resultante del surto de plaga bubónica observado en Oporto en 1899 es el estímulo para una reflexión sobre la importancia del movimiento higienista en la producción y difusión de un nuevo modo de visualizar la intervención del Estado en el urbanismo y en el alojamiento y en el proceso de estructuración del campo burocrático en Portugal y en Oporto que en aquel momento histórico se verificaba.

Palabras-clave: Higienismo; urbanismo; campo burocrático; Porto.

1. Antes da “peste”: antecedentes e afirmação do movimento higienista na cidade do

Porto

“A rua da Fonte Taurina não passa d’uma cangosta secular, já mencionada em documentos do seculo XIV, da velha cidade que pojou beira-Douro, sob a influencia do commercio e navegação.

Paralella ao rio, de que apenas o separa o renque das casas de Cima do Muro dos Bacalhoeiros cujas trazeiras entestam n’ella, a Fonte Taurina, toda de predios esguios e altos, é uma rua sombria e mal encarada como as d’aquelle velho bairro, que da Reboleira se estende até aos Guindaes. Ha muito que o camartello devia ter extripado aquella massa fetida, ascorosa e insalubre.

Enxameiam por alli os carregadores de bordo, pela maior parte gallegos; foi por elles que a epidemia primeiro grassou, elles que lhe forneceram mais victimas. Localisou-se o fóco epidemico na extremidade occidental da rua nas casas 88, 84 e 70, que pertencem á fiada do norte, a peor, porque as traseiras ficam soterradas sob a elevação do solo em que se aprumam as casas da rua dos Inglezes. São más as suas condições de salubridade; todos os clinicos, que subscreveram as certidões d’obito, especificaram como mau ou pessimo o estado hygienico. Por baixo dos pavimentos do rez do chão havia agua encharcada de cloaca; a casa n.º 84 principalmente estava minada por uma vasta fossa. O divorcio com a esfrega e com a cal era antigo e absoluto; sobretudo a casa 70 dava a penosa impressão d’uma sordida espelunca” (Jorge, 2010 [1899]: 93-94 [15-16]).

É deste modo desassombrado, muito frequente nos relatórios de Ricardo Jorge, que o médico e higienista portuense se refere à rua da Fonte Taurina, arruamento da zona ribeirinha onde terão sido detetadas as primeiras manifestações do surto de peste bubónica registado no Porto em meados de 1899. As inquirições que Ricardo Jorge levará a cabo no núcleo antigo da cidade depois de detetados os primeiros casos revelarão, ao longo dos meses subsequentes, um número não despreciando de situações – cerca de 120 entre início de junho e final de setembro –, um terço das quais acabarão por resultar em morte, principalmente de carregadores e descarregadores de mercadorias, bem como de pessoas das respectivas relações, residentes nas imediações do cais da Ribeira (Jorge, 2010 [1899]: 131-134 [53-56]).

A descoberta, surpreendente e depressa envolta em controvérsia, haveria de fazer do Porto a última cidade da Europa ocidental a ser afetada por um surto de peste bubónica; o facto encontrará, de resto, grande repercussão na imprensa da época e constituirá uma linha de fratura adicional entre as elites locais e, bem assim, no seio da administração

João Queirós - *Da afirmação de uma «questão urbana» à produção das primeiras respostas urbanísticas do Estado: crise sanitária, movimento higienista e estruturação do campo burocrático perspectivadas a partir do Porto*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 157-180. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e3

pública, onde os partidários de uma intervenção decidida visando a contenção e eliminação da epidemia se confrontarão com os que duvidavam da legitimidade do diagnóstico de Ricardo Jorge e contestavam as medidas preconizadas pela Junta Consultiva de Saúde Pública para deter a progressão dos contágios (ver mais à frente neste artigo).

Para Ricardo Jorge e os higienistas, para além de uma oportunidade única para estudar, *in vivo e in loco*, à luz dos recentes progressos científicos e técnicos, uma doença bastante mortífera, mas já pouco recorrente, o surto de peste bubónica de 1899 fornecerá um pretexto ótimo para o reforço de uma campanha, em curso há vários anos, de afirmação da “higiene pública” enquanto domínio imprescindível de intervenção estatal na cidade contemporânea. Como o próprio Ricardo Jorge fará questão de frisar na introdução aos seus relatórios sobre o surto de peste detetado no Porto no verão do penúltimo ano do século XIX, havia década e meia que as denúncias relativamente às “horrorosas condições sanitárias” da cidade vinham sendo feitas; mas, contrariamente ao que o próprio Ricardo Jorge lamentara, a ação deste higienista e dos que, com ele, se vinham batendo em prol do “combate sanitário” estava longe de poder ser considerada “trabalho perdido” (Jorge, 2010 [1899]: 71 [XVII], em rodapé). Sendo certo que, em diversos domínios – provisão de sistemas de água canalizada e saneamento, ordenamento da expansão urbana, organização da rede viária, regulação dos processos construtivos, promoção de alojamento para as classes laboriosas –, a capacidade de atuação efetiva do Estado permanecia, em finais de Oitocentos, bastante limitada, não deixava de ser menos correto verificar que se vinham reunindo, desde há vários anos, condições favoráveis a um inédito intervencionismo estatal em matéria urbanística.

Antes de regressar a este tópico – o que mais à frente se fará tendo em vista uma sua especificação empírica e analítica –, vale a pena dispensar algumas linhas ao enquadramento histórico e político-institucional dos processos sociais em causa, o que implica um recuo de mais de um século, até à segunda metade de Setecentos, ao período dos “Almadas”. Encontrar-se-ão aí, tudo indica, pistas decisivas para uma adequada compreensão dos antecedentes das transformações que, ao nível do intervencionismo estatal na cidade, o país e o Porto viriam a observar em especial no último quartel do século XIX.

João Queirós - *Da afirmação de uma «questão urbana» à produção das primeiras respostas urbanísticas do Estado: crise sanitária, movimento higienista e estruturação do campo burocrático perspectivadas a partir do Porto*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 157-180. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e3

É, sem dúvida, por via da ação realizada sob a liderança de João de Almada e Melo e, posteriormente, de Francisco de Almada e Mendonça, materializada nos investimentos e projetos executados pela Junta das Obras Públicas a partir de 1762, que se pode começar a falar verdadeiramente no papel *regulador* e – mais do que isso – *dinamizador* do Estado em matéria de crescimento e edificação urbana na cidade do Porto.

Devidamente enquadrada do ponto de vista legal e institucional e dotada de recursos relevantes (a Junta das Obras Públicas beneficiava da extensão à cidade do Porto de algumas medidas legislativas de exceção criadas para facilitar a reconstrução de Lisboa após o terramoto de 1755, contando ainda com os meios financeiros resultantes de um imposto específico, o polémico “real por cada quartilho de vinho vendido”), a ação dos “Almadas”, que se prolongará até aos primeiros anos do século XIX, deixa marcas perenes na cidade: ela é responsável pela edificação de novas ruas e praças, pela recuperação de calçadas e aquedutos, pela construção de fontanários, mercados e outros equipamentos, pelas primeiras iniciativas de ordenamento e reconversão da zona ribeirinha e pela construção de alguns edifícios públicos emblemáticos (com destaque para o Hospital de Santo António e para o Tribunal e Cadeia da Relação). É também sob a égide destas lideranças locais que se estabelecem importantes normas reguladoras da construção de edifícios e que, em geral, se incentiva o primeiro grande movimento de descongestionamento do centro histórico. As novas vias de ligação às estradas para Braga (Rua do Almada), Guimarães (Rua de Santa Catarina) e Vila Real, via Valongo (Rua Direita, depois chamada de Santo Ildefonso), carrilam a expansão urbana extramuros: nos séculos subsequentes, os processos de urbanização do Porto e da respetiva envolvente regional estruturar-se-ão, em grande medida, ao longo destes eixos radiais e das respetivas ramificações (Mandroux-França, 1984; J. J. Alves, 1988; Ferrão, 1997; Nonell, 2002).

Estando fora dos horizontes analíticos deste artigo uma reconstituição da história da urbanização da cidade do Porto desde os primeiros grandes movimentos de extroversão para lá do centro histórico, a referência ao “Porto dos Almadas” afigura-se relevante para um esclarecimento de alguns dos fatores que mais importância vieram a ter para a constituição das condições socioeconómicas, políticas e institucionais favoráveis à emergência, no último quartel do século XIX, de uma “questão social e urbana” e à

João Queirós - *Da afirmação de uma «questão urbana» à produção das primeiras respostas urbanísticas do Estado: crise sanitária, movimento higienista e estruturação do campo burocrático perspectivadas a partir do Porto*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 157-180. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e3

instituição do “higienismo” enquanto resposta “adequada» aos principais problemas” que a cidade dominante passa, nessa altura, a definir enquanto tais. Com efeito, seria desapropriado considerar que as inovações legislativas e institucionais, a constituição e consolidação de novos grupos profissionais e de corpos de agentes especializados, o aparecimento de propostas de intervenção tecnicamente fundamentadas e, em geral, o reforço do intervencionismo estatal na organização e gestão do espaço urbano ocorridos a partir da segunda metade do século XIX surgiram de forma desconectada de uma lógica prévia de transformações socioeconómicas e políticas. Na verdade – e ainda que seja legítimo afirmar que há uma conjugação de fatores, em particular no caso português e portuense, muito específica das últimas décadas de Oitocentos, e responsável pela impetuosidade da mudança urbana que, a muitos níveis, então se verificará –, há que considerar a evolução que, desde meados do século XVIII, vem acontecendo um pouco por toda a Europa e que, acompanhando o desenvolvimento das atividades comerciais e da indústria, no quadro geral da consolidação do modo de produção e da formação social capitalistas, se traduz no crescimento e densificação das cidades, na expansão urbana e, eventualmente, na necessidade de introdução de mecanismos de regulação desta realidade socioterritorial em franca transformação (Claude, 2006).

As cidades da segunda metade do século XVIII serão, neste sentido, os principais palcos do processo de consolidação dos modernos Estados europeus, num processo que vai de par com a reconfiguração dos próprios campos do poder à escala local, nacional e internacional. Nelas se testarão, sucessiva e sistematicamente, leis e regulamentos, propostas de organização institucional e de concretização prática de programas de intervenção, formas de gestão de interesses e de resolução de conflitos, opções de ordem técnico-económica e fiscal, enfim, modalidades de objetivação, codificação, institucionalização e concentração do poder e da autoridade do Estado que contribuem para o desenvolver e que progressivamente o consolidam como instância detentora da legitimidade para produzir e impor os critérios de definição física, social e simbólica dos territórios sob sua alçada (Bourdieu, 2001; ver ainda, sobre este período da história urbana e social portuguesa e portuense, Chantal, 1976, e França, 1976, 1983).

A referência ao “Porto dos Almadas” ganha, sob este prisma, reforçada pertinência. A nomeação de João de Almada e Melo para o cargo de “Governador de

João Queirós - *Da afirmação de uma «questão urbana» à produção das primeiras respostas urbanísticas do Estado: crise sanitária, movimento higienista e estruturação do campo burocrático perspectivadas a partir do Porto*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 157-180. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e3

Armas do Porto” e o intervencionismo estatal resoluto que sucede a este acontecimento são aspetos do processo de centralização e afirmação do poder do Estado que o regime liderado pelo Marquês de Pombal promove por essa altura. Não sendo possível discutir aqui todas as implicações deste movimento, que significou, entre outras consequências, o estabelecimento de importantes disputas entre a administração central e os polos pelos quais estava distribuído nesta altura o conjunto de poderes reivindicados pelo Estado (instituições religiosas, certos segmentos da aristocracia, autoridades e formas associativas de base local, etc.), vale a pena destacar, tomando por referência o caso do Porto, o que a ação decidida dos “Almadas” em matéria de intervenção urbanística na cidade no período posterior a 1760 significou enquanto tradução de um propósito e enquanto meio de consolidação de um processo de concentração do poder do Estado, através, designadamente, da introdução de inovações legislativas e institucionais e, enfim, da materialização de um conjunto de tomadas de posição, em muitos casos nada consensuais, cujo objetivo passava pela afirmação de uma competência específica e, acima de tudo, de uma legitimidade fundada na crença da superioridade das instâncias estatais face à miríade de interesses particulares em conflito na cidade.

Verifica-se, com efeito, a partir deste momento, uma renovação dos conceitos urbanísticos, com elevação dos padrões construtivos, uniformização de preceitos técnicos e afirmação do Estado enquanto árbitro de conflitos e instância de garantia e supervisão das novas exigências. É nesta altura que, no Porto, se desenvolvem os primeiros trabalhos sistemáticos de cartografia da cidade e se institui, na sequência do “Estudo para o Bairro dos Laranjais” e de outras iniciativas, a figura do “plano de melhoramentos”, que mais tarde viria a constituir referência legal e programática em matéria de planeamento urbano. Especialistas estrangeiros são chamados à cidade para transferir conhecimentos testados noutras paragens e caucionar, com a sua presença, as novas formas de conceber e fazer preconizadas pelos poderes públicos. Estas induzem o surgimento de novos protagonismos profissionais e sociais: alguns dos perfis profissionais fundamentais do urbanismo que há de vir – geómetras, desenhadores de arquitetura, topógrafos, entre outros – surgem e consolidam-se a partir de então.

Se a primeira metade do século XIX limita, no Porto como no país, os avanços que o período dos “Almadas” deixava, a este nível, antever, é porque o momento é de

João Queirós - *Da afirmação de uma «questão urbana» à produção das primeiras respostas urbanísticas do Estado: crise sanitária, movimento higienista e estruturação do campo burocrático perspectivadas a partir do Porto*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 157-180. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e3

profundo tumulto político-social. Efetivamente, só depois de 1850, passadas as invasões francesas, as revoltas liberais, o atribulado processo de instituição do regime monárquico-constitucional e o fim da guerra civil subsequente, haverá condições económicas e políticas para retomar o caminho de reforço da intervenção do Estado na cidade iniciado em meados do século precedente. Em adição, o crescimento industrial do país e o fortíssimo afluxo de população aos principais centros urbanos que por esta altura se verificava pressionavam as instâncias estatais a intervirem de forma proativa – ou seja, já não apenas enquanto veículos de regulação e favorecimento da expansão urbana e do setor imobiliário privado, mas enquanto entidades centrais na prossecução de respostas a uma emergente “questão urbana e social”.

A criação do Ministério das Obras Públicas, durante o primeiro governo da “Regeneração” (1851-1856), constituirá, neste contexto, uma medida emblemática: a partir dele, lançar-se-ão, sob a égide de Fontes Pereira de Melo, numerosas obras públicas. Eventualmente recordada como “Fontismo”, esta política sistemática de infraestruturação do país valorizará a ordenação do crescimento urbano e, muito em particular, os domínios dos transportes e comunicações, considerados essenciais à promoção da indústria, do comércio e da agricultura, que o governo então apresentava como tarefa prioritária (Marques, 1998).

A aposta decidida na promoção da expansão urbana e das obras públicas não encontrará, todavia, paralelismo em matéria de resposta aos efeitos sociais que o crescimento populacional das principais cidades trazia consigo. O liberalismo dos governos do período da “Regeneração”, com a sua apologia da propriedade privada e a sua incidência no fomento da atividade económica, deixava pouco espaço a preocupações de ordem “social” ou, ao menos, “sanitária”. Ainda assim, datam deste período alguns avanços legislativos, com destaque para a introdução, no Código Penal de 1852, de medidas de criminalização de certos comportamentos contra a “saúde pública” (reafirmadas no Código Penal de 1886), para a promulgação, em 1855 e 1863, dos primeiros decretos governamentais sobre “salubridade dos estabelecimentos industriais” e para a consagração legislativa, em 1865, da figura do “plano geral de melhoramentos” (Cosme, 2006; Lôbo, 1995). Medidas adicionais sobre “salubridade das edificações urbanas” teriam, contudo, de esperar até ao início do século XX, altura em que entrarão

João Queirós - *Da afirmação de uma «questão urbana» à produção das primeiras respostas urbanísticas do Estado: crise sanitária, movimento higienista e estruturação do campo burocrático perspectivadas a partir do Porto*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 157-180. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e3

também em vigor as primeiras medidas em matéria de segurança alimentar – de que a promulgação, em 1899, de um “Regulamento das Condições Higiénicas e de Laboração das Padarias” constitui o principal antecedente (Cosme, 2006).

As principais cidades portuguesas não paravam, entretanto, de crescer. Num contexto que era, em Portugal como na maioria dos países europeus, de acentuado incremento populacional, Lisboa e Porto encabeçavam a lista dos territórios demograficamente mais dinâmicos, facto não alheio ao poder de atração que o desenvolvimento industrial e comercial destes dois centros urbanos então exercia sobre as respetivas envolventes regionais.

Apesar de os efetivos populacionais serem sempre consideravelmente mais baixos do que em Lisboa, o ritmo de crescimento demográfico revelava-se especialmente vigoroso no Porto: entre 1820 e 1911, em menos de cem anos, portanto, a população residente quase quadruplicará, passando de cerca de 50 mil indivíduos, no primeiro ano desta série temporal, para 90 mil, em 1864, e para mais de 190 mil, por alturas da implantação da República. Exercendo forte influência sobre vastas localizações das regiões Norte e Centro do país, quer como polo de emprego na indústria, comércio e serviços, quer como plataforma de estabelecimento temporário, no quadro de estratégias de mobilidade social envolvendo formas mais distendidas de emigração, designadamente para o Brasil, a cidade do Porto atrairá milhares de novos residentes, os quais, à falta de alternativa, e tendo em conta o carácter até então relativamente contido da urbanização da cidade para lá do seu núcleo primitivo, tenderão a instalar-se ora na vetusta e sobrelotada habitação do centro histórico, ora, cada vez mais, nas “ilhas” que, às dezenas, se iam construindo por esta altura nas freguesias do primeiro anel de crescimento da cidade (Bonfim, Santo Ildefonso, Cedofeita, Massarelos)¹.

¹Uma compilação geral de informação estatística relativa à evolução da população portuguesa no período de um século iniciado em 1864 pode ser encontrada em Evangelista (1971). Para o caso particular do Porto, consulte-se a oportuna sùmula de dados apresentada em INE-Portugal (1971). Especificamente sobre a dinâmica populacional da cidade em finais do século XIX, consulte-se o trabalho de Rodrigues (1993). Apesar de o período posterior a 1860 ser consensualmente identificado como o período áureo do crescimento demográfico do Porto, há indicações sólidas de que a aceleração do incremento populacional da cidade vem de trás, remontando às décadas de 1830 e 1840, como nota Fernandes (1996). Em Pereira e Serén (1995), encontrar-se-ão importantes elementos de enquadramento e caracterização da situação sociodemográfica, económica e política da cidade do Porto nesta época. Sobre a expansão da indústria transformadora na cidade do Porto durante o século XIX, consulte-se, por exemplo, J. F. Alves (1998).

João Queirós - *Da afirmação de uma «questão urbana» à produção das primeiras respostas urbanísticas do Estado: crise sanitária, movimento higienista e estruturação do campo burocrático perspectivadas a partir do Porto*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 157-180. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e3

2. A “higiene pública” como cerne da “reforma urbana” e do reforço do intervencionismo estatal na cidade

À medida que aumenta o impacte das transformações físicas e sociais resultantes do crescimento industrial e populacional nas principais cidades, o debate público em torno da “organização” e da “modernização” das cidades recrudesce. Por um lado, emergem focos de contestação operária e reforçam-se o sindicalismo e demais formas de associativismo profissional no seio das classes trabalhadoras, as quais vêm exigir, de modo mais organizado, e em certos casos com o suporte do militantismo republicano, melhorias substantivas nas respetivas condições de trabalho e de vida; por outro lado, uma intelectualidade urbana em consolidação, associada o mais das vezes ao republicanismo e às aspirações de transformação política do regime, propugna a adoção de medidas de regulação da vida coletiva nas cidades e a confrontação decidida de uma “questão urbana e social” até então deixada sem real resposta (Marques, 1998: 139; Rosas, 2010: 15-26).

O racionalismo iluminista destes reformadores encontra na perspectiva de imposição de uma “ordem” sobre os espaços urbanos um novo domínio de afirmação: discutem-se formas de organização funcional da cidade; propõe-se uma mais incidente regulamentação dos aspetos relativos ao seu crescimento, edificação e ao funcionamento de equipamentos e serviços; estabelecem-se princípios de divisão entre usos públicos e usos privados do espaço; concebem-se inovações institucionais e programáticas; idealizam-se modalidades “higiénicas” de alojamento operário. Os discursos eruditos que sobre a cidade se produzem desde a segunda metade do século XVIII – e que adquirem especial visibilidade em Portugal nas décadas de 1880 e 1890 – assentam, como diria Roncayolo (2002), num “postulado ecológico”, isto é, nessa defesa de uma coincidência entre espaço e sociedade que crê que será através da organização do primeiro que se

Sobre a emigração para o Brasil e o papel do Porto enquanto entreposto de mobilidade, vejam-se os trabalhos que o mesmo J. F. Alves (1993; 1999) dedica ao fenómeno. Em J. F. Alves (2005) podem encontrar-se elementos de análise acerca das relações entre “emigração” e “sanitarismo”. O texto revela como, em finais do século XIX, a perspectiva higienista se afirmava como modo tendencialmente hegemónico de leitura técnica, política e ideológica de todos os processos sociais então erigidos (ou erigíveis) em “problemas sociais”. Sobre as “ilhas” do Porto, vale a pena consultar, entre outras possibilidades, os trabalhos de Pereira (1995), Teixeira (1996) e CMP (2000).

João Queirós - *Da afirmação de uma «questão urbana» à produção das primeiras respostas urbanísticas do Estado: crise sanitária, movimento higienista e estruturação do campo burocrático perspectivadas a partir do Porto*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 157-180. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e3

obterá o ordenamento da segunda. É neste quadro socioideológico que o *higienismo*, enquanto doutrina reformadora da cidade, se afirma.

Predecessor e impulsionador do urbanismo moderno, o higienismo consagrará a intervenção urbana em prol da “saúde pública” como um dos tópicos prediletos das elites e um dos motes fulcrais da atuação do Estado na cidade da segunda metade do século XIX. Tributários de um moralismo organicista que associa patologia urbana e patologia social e que, por isso, vê na sanidade do “corpo” – o espaço físico da cidade – a medida indispensável da purificação da “alma” – o comportamento coletivo –, os preceitos higienistas, disseminados por toda a Europa, e também em Portugal, através de exposições e encontros científicos, da ação de novéis associações profissionais e de um grande número de estudos e publicações, fazem das novidades técnicas e científicas que então se vão conhecendo nos domínios da biologia, da bacteriologia e da medicina o núcleo da sua legitimidade, ao mesmo tempo que oferecem aos reformadores políticos e, em geral, a uma burguesia preocupada com os riscos da “promiscuidade” característica das lotadas e “anti-higiénicas” áreas de alojamento popular os pretextos e soluções para uma mais do que justificada transformação urbana e social (Bourdelaís, 2001).

Tornar a cidade “salubre”, removendo as indústrias para localizações periféricas, rompendo o amontoado de casas intramuros, rasgando as estreitas ruas e vielas da cidade antiga, descongestionando os edifícios sobrelotados, criando sistemas de fornecimento de água e saneamento e redes de esgotos, é o objetivo que se perfila no horizonte dos defensores de tal transformação. De alcance muito amplo, portanto potencialmente gerador de consenso social e político, o mote da “salubridade urbana” condensa, não obstante, múltiplas e relevantes paradas em jogo, algumas das quais fazem antever as disputas de que o domínio da planificação e intervenção urbanística e habitacional será invariavelmente, a partir de então, arena (Claude, 2006: 30 e seguintes).

Tais paradas em jogo são, desde logo, *económicas*: a intervenção higienista na cidade envolve não apenas os interesses de proprietários, promotores e negociadores imobiliários, mas também de industriais e de outros agentes sociais interessados no controlo do solo urbano e numa miríade de potenciais negócios associados quer ao mercado de compra e venda de terrenos e edifícios, quer à construção e exploração de infraestruturas, equipamentos e serviços. Por outro lado, a consolidação das cidades

João Queirós - *Da afirmação de uma «questão urbana» à produção das primeiras respostas urbanísticas do Estado: crise sanitária, movimento higienista e estruturação do campo burocrático perspectivadas a partir do Porto*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 157-180. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e3

enquanto centros comerciais e industriais e enquanto catalisadores do processo de unificação e alargamento dos mercados interno e externo torna os custos do ingurgitamento urbano, de que as epidemias resultantes da “insalubridade” constituirão o exemplo mais pungente, prejuízos económicos que a “salubridade” das cidades parece poder evitar.

Mas a parada em jogo é também *científica e profissional*. A cidade de finais do século XIX é o laboratório onde podem testar-se os mais recentes avanços da ciência e da técnica. As descobertas da moderna bacteriologia e as novas propostas “terapêuticas” são objeto de longas disputas no seio dos grupos de “especialistas” e entre estes e a sociedade em geral. Ao cabo de um trabalho árduo de imposição de uma legitimidade alicerçada no conhecimento científico e na mestria técnica, os grupos socioprofissionais que se dedicam ao estudo e promoção da “higiene pública” e da “salubridade urbana”, com destaque para os médicos, constroem o seu espaço de intervenção e adquirem um inusitado protagonismo público.

Finalmente, o *enjeu é político*: a segunda metade do século XIX é momento de um intensíssimo debate, em Portugal como noutros países europeus, em torno do papel do Estado na promoção de progressos em matéria de saúde pública e, em geral, na organização da vida coletiva e do espaço urbano. A concentração e afirmação do poder do Estado encontra nas lutas em torno do presente e do futuro da cidade um relevante domínio de expressão, quer a nível interno, através do alargamento da ação e papel regulador das instâncias estatais a novos domínios da vida social e da introdução de novas necessidades em matéria de planificação, standardização e racionalização das respostas públicas, quer a nível externo, já que a parada em jogo tem também implicações na lógica das relações internacionais e das hierarquias de poder à escala das nações. Com efeito, o grau de “desenvolvimento” de um país começa a medir-se, a partir desta altura, por confrontação com os congéneres próximos, ocupando as inovações legislativas, políticas, institucionais e programáticas, bem como os indicadores estatísticos, em particular os respeitantes à fisiologia e à saúde da população, um papel fundamental nesta comparação e hierarquização à escala internacional.

Juntamente com outros fatores que só a posse de informação mais exaustiva acerca da estruturação do campo das classes sociais neste período da história do país e do Porto

João Queirós - *Da afirmação de uma «questão urbana» à produção das primeiras respostas urbanísticas do Estado: crise sanitária, movimento higienista e estruturação do campo burocrático perspectivadas a partir do Porto*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 157-180. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e3

permitiria objetivar plenamente, a centralidade das lutas em torno das paradas em jogo presentes na cidade das últimas décadas de Oitocentos concorrerá para a emergência e consolidação de protagonismos sociais cuja legitimidade se apresenta baseada na reivindicação de saberes e de competências específicas indispensáveis à ótima organização e gestão da nova realidade urbana e à adequada concretização das novas responsabilidades e atribuições arrogadas pelo Estado.

Vale a pena lembrar, a propósito deste tópico, que a cidade do último quartel do século XIX é cenário de relevantes processos de recomposição social. O desenvolvimento comercial e industrial que desde há algumas décadas se fazia sentir conduziu não apenas ao declínio da aristocracia e à ascensão da burguesia, mas também à segmentação deste último grupo ao longo de linhas de fratura baseadas na especificidade da composição do respetivo capital (uma burguesia industrial, uma burguesia ligada ao comércio e à intermediação, uma burguesia dirigente e profissional). Por outro lado, as oportunidades decorrentes da expansão económica e do crescimento do Estado abrem espaço ao alargamento de uma “classe média urbana” (Marques, 1998: 54-55) apostada na qualificação académica e na afirmação de uma aptidão científica e técnica indispensável à confrontação dos desafios colocados pelo intenso fluxo de transformações sociais em curso – que uma autoridade de tipo “tradicional” ou “carismático”, para recorrer à terminologia de Max Weber (2001), deixara de ser capaz de acomodar cabalmente.

Esta emergente “classe média urbana”, espécie de fração dominada da classe dominante, diferenciar-se-á da velha aristocracia e da burguesia dos negócios precisamente por via do investimento na acumulação de um capital cultural, de base académica, científica e técnica, que encontrará nas “profissões liberais” e, muito em especial, nos organismos e serviços do Estado o seu contexto de enunciação, rentabilização e reprodução. Com efeito, a afirmação das categorias profissionais a que pertencem os membros deste grupo social – engenheiros, geómetras, desenhadores de arquitetura, arquitetos, juristas, guarda-livros, médicos, mas também homens de letras, historiadores e jornalistas – irá de par com a consolidação do campo burocrático português e, em particular, do segmento que, dentro dele, paulatinamente se vai autonomizando e dedicando ao domínio específico do planeamento e organização das cidades.

João Queirós - *Da afirmação de uma «questão urbana» à produção das primeiras respostas urbanísticas do Estado: crise sanitária, movimento higienista e estruturação do campo burocrático perspectivadas a partir do Porto*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 157-180. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e3

Não cabendo nos horizontes deste trabalho a elaboração de uma sociologia destes novos protagonismos sociais, parece não ser desajustado ver neste duplo processo de afirmação de um conjunto de agentes ocupando posições próximas no espaço social e de consolidação, ao menos parcial, do campo burocrático a dupla face de uma mesma moeda. A expressão, talvez excessiva, mas recorrente em certos círculos, e plena de significado sociológico, segundo a qual os filhos letrados da burguesia e das novas “classes médias” portuguesas de finais do século XIX e inícios do século XX não teriam outro corolário profissional a não ser o reforço das fileiras do Estado é sintomática da percepção, pelo menos no seio de certos grupos, da simbiose crescente entre processos de recomposição social e estruturação do campo burocrático. Para abreviar, e assumindo o risco do jogo de palavras, poderá talvez afirmar-se, tomando como referência o que acaba de ser aduzido acerca da relação íntima entre a emergência de determinados protagonismos sociais e a consolidação da máquina estatal, que esta nova intelectualidade *faz-se fazendo o Estado que a faz*.

O percurso pessoal de Ricardo Jorge, reconstituído, por exemplo, por J. F. Alves (2008) e por Monteiro (2010), o primeiro através da apresentação de uma súpula historiográfica dos principais marcos da carreira daquele higienista, o segundo através da elaboração de uma proposta de socioanálise da respetiva trajetória, é exemplar do que acaba de ser proposto. Ficando para a leitura dos textos citados, em particular do ensaio de Monteiro, um esclarecimento mais detalhado acerca das condições sociais de formação deste “reformador” portuense, parece adequado notar-se aqui a exemplaridade do caso enquanto revelador do modo como, em especial a partir de 1880, a “higiene pública” se profissionaliza, primeiro, e se institucionaliza, depois, ocupando um espaço próprio no interior do Estado, dotando-se de recursos legais e financeiros e de um corpo de agentes especializados e reivindicando para si a legitimidade e o reconhecimento que só uma competência alicerçada na ciência e na perícia técnica tende a conseguir autorizar.

A ascensão académica e profissional rompante de Ricardo Jorge – que em menos de vinte anos se alcandora a um lugar cimeiro na administração do Estado – é, com efeito, elucidadora. Inicialmente interessado na investigação neurológica, Ricardo Jorge passa, a partir de 1884, a dedicar-se com afinco crescente à temática higienista, que se encontrava em franca afirmação a nível internacional e que começava a adquirir

João Queirós - *Da afirmação de uma «questão urbana» à produção das primeiras respostas urbanísticas do Estado: crise sanitária, movimento higienista e estruturação do campo burocrático perspectivadas a partir do Porto*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 157-180. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e3

visibilidade pública também no nosso país. Em 1885, a publicação de um conjunto de conferências sob o título “A Higiene Social aplicada à Nação Portuguesa” coloca-o no centro do debate em torno destas matérias e granjeia-lhe o reconhecimento que há de estar na origem da encomenda que lhe é feita pela Câmara Municipal do Porto para que elabore um relatório sobre a rede de saneamento na cidade. Publicado em 1888, o estudo terá algum impacte local, como parece comprovar a trajetória profissional subsequente de Ricardo Jorge. A conversão plena a este novo horizonte intelectual e de carreira materializar-se-á, com efeito, a muito breve trecho, com a nomeação, em 1891, para o cargo de “médico municipal”, e a ocupação, em 1895, da cátedra de “Higiene e Medicina Legal” na Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Ainda nos primeiros anos da década de 1890, é nomeado diretor do Laboratório Municipal de Bacteriologia, passando a editar, a partir desta plataforma institucional, o “Boletim Mensal de Estatística Sanitária do Porto”, publicação periódica que vigorará de 1893 a 1900. Em 1899, a publicação de “Demografia e Higiene da Cidade do Porto”, trabalho que rapidamente se institui em referência para todos os higienistas portugueses, coloca Ricardo Jorge à cabeça do movimento que, na transição do século XIX para o século XX, consolidará o higienismo como área científica, disciplina académica e política pública (Monteiro, 2010: 35-41).

O ano em que Ricardo Jorge publica aquele que muitos consideram ser o seu trabalho mais relevante é também, coincidentemente, o ano de eclosão do surto de peste bubónica que fará do Porto a última cidade da Europa ocidental a confrontar-se com esta doença. Se já por mais do que uma vez se mencionou neste texto o insólito acontecimento que o Porto vivenciou em 1899, não é porque se queira transmitir a ideia – como seria talvez apanágio de leituras meramente incidentais deste momento histórico – de que ele representa o evento fundador de uma nova forma de perspetivar o papel do Estado em matéria de intervenção urbanística e habitacional. Na verdade, o argumento que aqui vem sendo defendido aponta para a acumulação, em finais do século XIX, de um conjunto alargado de condições sociais, políticas e institucionais favoráveis a um inédito intervencionismo estatal nestes domínios.

Um pouco por toda a Europa, o higienismo afirmara-se já como “santo-e-senha” deste novo intervencionismo, constituindo os planos do barão Haussmann, em Paris, o seu exemplo mais premente e documentado. E a verdade é que Portugal não escapava às

João Queirós - *Da afirmação de uma «questão urbana» à produção das primeiras respostas urbanísticas do Estado: crise sanitária, movimento higienista e estruturação do campo burocrático perspectivadas a partir do Porto*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 157-180. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e3

influências desta vaga reformadora que, sob o mote da “saúde pública”, precede o advento do planeamento urbano entendido num sentido próximo daquele de que posteriormente viria a revestir-se².

Uma análise baseada simplesmente na cronografia das ideias urbanísticas no nosso país confirmaria, em abono desta afirmação, que mesmo países relativamente periféricos como Portugal tiveram oportunidade de contactar com os princípios e propostas higienistas sem substancial atraso e divergência de conteúdos face à realidade dos países do centro e norte europeus. Mas o cruzamento desta cronografia com uma leitura sócio-histórica acerca das formas como, em cada contexto nacional e local, tais ideias foram difundidas ou negligenciadas, reconhecidas ou descartadas, e, bem assim, com uma análise acerca dos apoios e resistências que conheceram e das materializações que realmente foram capazes de alcançar, impõe que se conclua que o nosso país, tendo conhecido cedo, e com relativa profundidade, o que “lá fora” se fazia, poucos avanços podia reivindicar, no final do século XIX, em matéria de efetiva concretização de respostas estatais sistemáticas face aos problemas urbanísticos e habitacionais que então incidentalmente se afirmava caracterizarem as principais cidades, com destaque para o Porto.

Com efeito, o crescimento urbano característico da segunda metade do século XIX será pouco regulado e a promoção habitacional será deixada à exclusiva responsabilidade da iniciativa privada. A figura do “plano geral de melhoramentos”, oficializada por decreto governamental em 1865, imporá às principais cidades do país um papel mais ativo do Estado em matéria de enquadramento e fiscalização da edificação urbana, mas a sua interpretação e aplicação ocorrerão invariavelmente à luz do liberalismo dominante, significando, portanto, uma intervenção estatal preocupada sobretudo com a circulação viária e com a criação e infraestruturação de novas áreas de expansão urbana.

²Sobre a ação do barão Haussmann, vejam-se os trabalhos de Pinkney (1972) e Moncan e Mahout (1991). Em Sutcliffe (1981), encontrar-se-á uma panorâmica muito detalhada acerca do que vinha acontecendo desde finais do século XVIII em diversos países da Europa e da América do Norte em matéria de planeamento urbano. Especificamente sobre o caso francês, vale a pena consultar os trabalhos de Claude (1989; 2006) acerca da génese do campo do urbanismo naquele contexto nacional. Sobre os “primeiros urbanistas” e o nascimento do “*town planning*” no Reino Unido, consulte-se Callabi (1984). Sobre a génese do “*city planning*” nos Estados Unidos da América, leia-se Topalov (1989).

João Queirós - *Da afirmação de uma «questão urbana» à produção das primeiras respostas urbanísticas do Estado: crise sanitária, movimento higienista e estruturação do campo burocrático perspectivadas a partir do Porto*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 157-180. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e3

No Porto, o “Plano de Melhoramentos” aprovado pela Câmara Municipal em 1881, não obstante as preocupações higienistas que denota, é essencialmente uma proposta voltada para a abertura de arruamentos e para a constituição de novas áreas edificáveis no perímetro definido pelas freguesias em torno do núcleo antigo da cidade. A intensa atividade imobiliária que deste plano resulta – e, bem assim, a circunstância de nele nada se prever quanto à construção de alojamento para os grupos sociais menos capitalizados – valerá à Câmara Municipal, de cujo presidente, José Augusto Corrêa de Barros, se dizia ser próximo de diversos proprietários locais, ferozes críticas na imprensa de favorecimento dos interesses privados e de incentivo à especulação (Pinto, 2005: 77 e seguintes).

Neste contexto, o surto de peste bubónica detetado na cidade em 1899, não podendo ser tomado como evento instituidor de tudo o que haveria de suceder-lhe, deve seguramente ser considerado um excepcional revelador da crise da lógica de gestão urbana até então vigente e um importante catalisador das mudanças que se vinham anunciando há vários anos e que, sob o signo da “urgência”, enfim começarão a ser concretizadas. A sucessão de acontecimentos, inovações legislativas e institucionais e alterações práticas verificada imediatamente após o surto de peste bubónica é ilustrativa do que acaba de ser proposto.

3. A “peste” de 1899 e a consolidação do higienismo enquanto eixo orientador e organizador da intervenção urbanística e habitacional do Estado

As primeiras medidas tomadas pela Junta Consultiva de Saúde Pública para fazer face ao surto de peste bubónica de 1899 são, como seria expectável, casuísticas: visam a contenção da epidemia e redundam na imposição de um “cordão sanitário” em torno da cidade, completado com um “bloqueio marítimo”. A esta determinação, que muitos consideram draconiana, juntam-se medidas profiláticas adicionais, como a inspeção das pessoas que saíam do Porto, a proibição de realizar feiras, a desinfecção de bagagens e mercadorias e a desinfestação e limpeza de habitações e estabelecimentos comerciais localizados no centro histórico e em zonas próximas. Considerado exagerado face à dimensão e gravidade percebidas do problema, este conjunto de deliberações da Junta Consultiva de Saúde Pública motivará o descontentamento de amplos setores da

João Queirós - *Da afirmação de uma «questão urbana» à produção das primeiras respostas urbanísticas do Estado: crise sanitária, movimento higienista e estruturação do campo burocrático perspectivadas a partir do Porto*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 157-180. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e3

sociedade portuense de então. No calor do tumulto social que se gera na cidade durante todo o segundo semestre de 1899, há mesmo quem acuse Ricardo Jorge de ser o responsável pela disseminação da epidemia, atribuindo às suas ambições pessoais a razão da insistência com que o médico portuense denuncia o surto de peste e se refere à imprescindibilidade de adoção dos preceitos higienistas de “salubridade urbana” (Monteiro, 2010: 42 e seguintes).

Mas o momento é também aproveitado para reforçar e afirmar publicamente protagonismos e solidariedades profissionais e para garantir reconhecimento institucional aos que “afincadamente” defendem a “saúde pública” e o “bem comum” contra a “inconsciência” das “massas populares” e até de certos membros das “classes dirigentes” (Monteiro, 2010: 44-45). Logo em agosto de 1899, conhecidos os primeiros casos de peste, a Sociedade de Medicina e Cirurgia solidariza-se com Ricardo Jorge, no que será seguida pela Associação dos Médicos. E no início de outubro do mesmo ano é criada a Direção-Geral de Saúde e Beneficência Pública, sendo o médico e higienista portuense nomeado Inspetor-Geral dos Serviços Sanitários. Contestado no Porto, Ricardo Jorge é reconhecido e acolhido em Lisboa, cidade para a qual há de mudar-se em definitivo alguns anos mais tarde. A sua promoção profissional e a ida para Lisboa simbolizam a chegada do higienismo ao coração da burocracia estatal, constituindo, ao mesmo tempo, uma expressão das ambições de centralização do poder decisório do Estado que então vigoravam.

Antes ainda do final de 1899, um decreto governamental procede à organização geral dos “Serviços de Saúde Pública do Reino”, através da fundação de um organismo autónomo dedicado à intervenção nesta área, da constituição de um corpo de funcionários especializados (“Corpo de Saúde Pública do Reino”) e da criação de uma estrutura de formação própria, que estabelece academicamente a disciplina da higiene pública e as disciplinas afins (Monteiro, 2010: 51-52).

O ímpeto reformador prossegue nos anos subsequentes, que serão, a este nível, de importante produção legislativa e inovação institucional. Em dezembro de 1901, é publicado o “Regulamento Geral dos Serviços de Saúde e Beneficência Pública”, o qual vem especificar o decreto governamental de 28 de dezembro de 1889. Nasce então o “Instituto Central de Higiene” (hoje Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, em

João Queirós - *Da afirmação de uma «questão urbana» à produção das primeiras respostas urbanísticas do Estado: crise sanitária, movimento higienista e estruturação do campo burocrático perspectivadas a partir do Porto*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 157-180. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e3

homenagem àquele que foi o seu primeiro diretor), com atribuições em matéria de instrução especial técnica (em 1904, iniciam-se, nesta instituição, cursos de “medicina sanitária” e de “engenharia sanitária”) e de análise pericial e laboratorial, e estende-se a atividade dos Serviços de Saúde Pública a todo o país, através da criação de um “Conselho de Melhoramentos Sanitários” e de “serviços sanitários distritais” dirigidos por “delegados de saúde” (médicos com formação em saúde pública). Responsabilidades neste âmbito são também conferidas aos governadores civis e às administrações municipais.

Em 1903, prolongando esta dinâmica de produção legislativa, o governo fará aprovar o primeiro “Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas”. Nele se definirão as “condições higiénicas” a adotar na construção de edifícios e se apresentarão medidas no sentido do reforço do papel regulador das autoridades públicas em matéria de edificação. Todos os novos projetos construtivos a executar nas cidades de Lisboa e Porto passam a ter de ser aprovados pelas câmaras municipais, após parecer positivo do Conselho de Melhoramentos Sanitários ou da respetiva delegação distrital. O decreto governamental de 1903 obriga ainda as câmaras a elaborar e aprovar os seus próprios regulamentos de salubridade, o que acontecerá, no Porto, em 1905, com a publicação de um novo código de posturas municipais.

A “vaga higienista” que caracteriza estes primeiros anos do século XX recebe ainda o impulso das associações profissionais que, nestes domínios, se vão constituindo e das conclusões de diversos congressos e outros encontros técnico-científicos que por esta altura se realizam, com destaque para os congressos da Liga Nacional Contra a Tuberculose (Lisboa, 1901; Viana do Castelo, 1902; Coimbra, 1904; Porto, 1907) e para os Congressos Internacionais de Medicina, cuja décima quinta edição tem lugar em Lisboa, em 1906, e onde Ricardo Jorge, sempre ele, assume lugar de destaque, ao ocupar a presidência da Secção de Higiene e Epidemiologia. Por esta altura, a tuberculose, doença responsável por uma fatia muito considerável da mortalidade nas principais cidades portuguesas, é erigida em símbolo dos efeitos nefastos da “insalubridade” característica dos centros urbanos, sobretudo das suas áreas mais antigas, sobre as quais se reafirma ser urgente intervir (Antas, 1902).

João Queirós - *Da afirmação de uma «questão urbana» à produção das primeiras respostas urbanísticas do Estado: crise sanitária, movimento higienista e estruturação do campo burocrático perspectivadas a partir do Porto*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 157-180. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e3

Ao cabo de algumas décadas de avanços, recuos e impasses, de intensas lutas ocorridas dentro e fora do Estado, os higienistas, com Ricardo Jorge à cabeça, parecem finalmente ter conseguido afirmar a relevância da sua competência científica e técnica e consolidado a sua posição de charneira no interior do campo burocrático, onde passam a deter um papel decisivo na definição, implementação e fiscalização da política estatal em matéria de planeamento e gestão das cidades. Aproveitando as oportunidades que uma inconsistente estrutura institucional do Estado então abria a um grupo socioprofissional cujas competências “técnicas e científicas” e a atualização proporcionada pelas leituras e pelas viagens e outros contactos com o estrangeiro transformavam no modelo da modernidade que uma parte das elites do país preconizava, os higienistas reclamarão para si uma notável autonomia profissional e um amplo reconhecimento público.

A posição *central* que os higienistas conquistam na cidade de finais do século XIX e inícios do século XX, posição central que mais não parece ser do que o resultado da conjugação de múltiplas *centralidades* – no campo das classes sociais, enquanto membros de uma “classe média letrada”; no universo das tomadas de posição político-ideológicas, enquanto representantes de uma via “reformista”», alternativa quer ao “socialismo revolucionário”, quer ao “conservadorismo retrógrado”; no campo burocrático, enquanto detentores de posições-chave no seio da estrutura institucional do Estado e enquanto estabilizadores da tensão entre os defensores de uma intervenção dirigista e repressiva e os defensores de uma intervenção eminentemente profilática e reabilitadora –, a posição central destes agentes sociais, dizia-se, fará do higienismo *doxa* em matéria de intervenção urbanística e habitacional. Não obstante as importantes variações e contestações que conheceu, o facto é que o higienismo atravessará três regimes políticos muito distintos, marcando de forma indelével o discurso e a prática do urbanismo português da primeira metade do século XX³.

Mas se a instituição do higienismo enquanto perspectiva dóxica em matéria de orientação e execução da intervenção urbanística e habitacional do Estado não ocorre senão ao cabo de um processo moroso e conflitual, que simultaneamente reproduz e intensifica lutas no interior do campo do poder, lutas que são sem dúvida lutas pelo

³Sobre este assunto, vale a pena consultar, entre outras possibilidades, os trabalhos de Pereira e Queirós (2012), V. B. Pereira (2016) e Ramos *et al.* (2019).

João Queirós - *Da afirmação de uma «questão urbana» à produção das primeiras respostas urbanísticas do Estado: crise sanitária, movimento higienista e estruturação do campo burocrático perspectivadas a partir do Porto*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 157-180. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e3

próprio poder sobre o Estado, seria certamente ingénuo pensar que a passagem à prática daquela perspetiva não viria acompanhada de importantes tensões e impasses. Também neste domínio, com aliás em vários outros, a passagem do princípio à realização será, em Portugal e no Porto, difícil e morosa – o que não impedirá que se revele poderoso e persistente o postulado ecológico com que o higienismo moldará, nestes contextos, a apreciação da “questão urbana”.

João Queirós - *Da afirmação de uma «questão urbana» à produção das primeiras respostas urbanísticas do Estado: crise sanitária, movimento higienista e estruturação do campo burocrático perspectivadas a partir do Porto*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n.º 2. 2020. 157-180. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e3

Bibliografia:

- ALVES, J. J. (1988), *O Porto na Época dos Almadás*, Porto, CMP.
- ALVES, J. F. (1993), *Os «Brasileiros». Emigração e retorno no Porto Oitocentista*, Porto, Gráficos Reunidos.
- ALVES, J. F. (Coord.) (1998), *A Indústria Portuense em Perspectiva Histórica – Actas do Colóquio*, Porto, Centro Leonardo Coimbra/FLUP.
- ALVES, J. F. (Ed.) (1999), *Os «Brasileiros» da Emigração. Actas do colóquio realizado no Museu Bernardino Machado*, Vila Nova de Famalicão, Museu Bernardino Machado/CMVNF.
- ALVES, J. F. (2005), “Emigração e sanitarismo – Porto e Brasil no século XIX”, *Ler História*, n.º 48, pp. 141-156.
- ALVES, J. F. (2008), “Ricardo Jorge e a Saúde Pública em Portugal. Um «Apostolado Sanitário»”, *Arquivos de Medicina*, vol. 22, n.º 2-3, pp. 85-90.
- ANTAS, Á. (1902), *Insalubridade do Porto*, Porto, Comércio do Porto.
- BOURDELAIS, P. (dir.) (2001), *Les Hygiénistes: enjeux, modèles, pratiques*, Paris, Éditions Belin.
- BOURDIEU, P. (2001), “Espíritos de Estado. Génesis e estrutura do campo burocrático” in P. Bourdieu, *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras, Celta Editora, pp. 67-101.
- CALLABI, D. (1984), “Les premiers urbanistes en Grande-Bretagne. La naissance du townplanning”, *Annales de la Recherche Urbaine*, n.º 21, pp. 45-65.
- CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO [CMP] (2000), *As Ilhas, as Colónias Operárias e os Bairros de Casas Económicas*, Porto, CMP.
- CHANTAL, S. (1965), *A Vida Quotidiana de Portugal ao tempo do Terramoto de 1755*, Lisboa, Livros do Brasil.
- CLAUDE, V. (1989), “Sanitary engineering as a path to town-planning: the singular role of the Association générale des hygiénistes et techniciens municipaux” in “France and the French-speaking countries, 1900-1920”, *Planning Perspectives*, n.º 4, pp. 153-166.
- CLAUDE, V. (2006), *Faire la Ville. Les métiers de l’urbanisme au XXe siècle*, Marselha, Éditions Parenthèses.

João Queirós - *Da afirmação de uma «questão urbana» à produção das primeiras respostas urbanísticas do Estado: crise sanitária, movimento higienista e estruturação do campo burocrático perspectivadas a partir do Porto*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 157-180. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e3

COSME, J. (2006), “As preocupações higio-sanitárias em Portugal (2.^a metade do século XIX e princípio do século XX)”, *História – Revista da Faculdade de Letras do Porto*, III série, vol. 7, pp. 181-195.

EVANGELISTA, J. (1971), *Um Século de População Portuguesa (1864-1960)*, Lisboa, Centro de Estudos Demográficos/INE.

FERNANDES, P. (1996), “A cidade do Porto na 1.^a metade do século XIX: população e urbanismo”, *População e Sociedade*, n.º 2, pp. 229-245.

FERRÃO, B. (1997), *Projecto e Transformação Urbana do Porto na Época dos Almadás, 1758-1813: Uma contribuição para o estudo da cidade pombalina*, Porto, FAUP (3.^a Ed.).

FRANÇA, J.-A. (1976), *A Reconstrução de Lisboa e a Arquitectura Pombalina*, Lisboa, Instituto da Cultura e Língua Portuguesa.

FRANÇA, J.-A. (1983), *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Lisboa, Bertrand (3.^aEd.).

INE-PORTUGAL (1971), *A Cidade do Porto: Súmula Estatística 1864-1968*, Lisboa, INE.

JORGE, R. (2010 [1899]), *A Peste Bubónica no Porto*, Porto, Deriva Editores.

LÔBO, M. S. (1995), *Planos de Urbanização. A Época de Duarte Pacheco*, Porto, DGOTDU/FAUP.

MANDROUX-FRANÇA, M.-T. (1984), “Quatro fases da urbanização do Porto no século XVIII”, *Boletim Cultural – Câmara Municipal do Porto*, n.º 2, pp. 239-274.

MARQUES, A. H. de O. (1998), *História de Portugal – Volume III. Das revoluções liberais aos nossos dias*, Lisboa, Editorial Presença.

MONCAN, P., MAHOUT, C. (1991), *Le Paris du Baron Haussmann. Paris sous le Second Empire*, Paris, Éditions SEESAM-RCI.

MONTEIRO, B. (2010), “Os anos portuenses de Ricardo Jorge. Sociologia de um higienista «militante»” in R. Jorge, *A Peste Bubónica no Porto*, Porto, Deriva Editores, pp. 15-52.

NONELL, A. G. (2002), *Porto 1763/1852: A construção da cidade entre despotismo e liberalismo*, Porto, FAUP.

PEREIRA, G. M. (1995), *Famílias Portuenses na Viragem do Século (1880-1910)*, Porto, Edições Afrontamento.

João Queirós - *Da afirmação de uma «questão urbana» à produção das primeiras respostas urbanísticas do Estado: crise sanitária, movimento higienista e estruturação do campo burocrático perspectivadas a partir do Porto*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 n.º 2. 2020. 157-180. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e3

PEREIRA, G. M.; SERÉN, M. do C. (1995), “O Porto Oitocentista” in L. de O. Ramos (dir.), *História do Porto*, Porto, Porto Editora, pp. 376-521.

PEREIRA, V. B. (2016), *A Habitação Social na Transformação da Cidade*, Porto, Edições Afrontamento.

PEREIRA, V. B.; QUEIRÓS, J. (2012), “State, housing and the «social question» in the city of Porto (1956-2006): an analysis on the making of doxa, orthodoxy and «alodoxia effects» in the (re)production of state housing policies”, *Social Sciences – Annual Trilingual Review of Social Research*, n.º 1, pp. 203-314.

PINKNEY, D. H. (1972), *Napoleon III and the Rebuilding of Paris*, Princeton, NJ, Princeton University Press.

PINTO, J. R. (2005), *O Porto Oriental no Final do Século XIX. Crescimento e transformação urbana*, Dissertação de Mestrado, Porto, FLUP.

RAMOS, R. J. G.; PEREIRA, V. B.; ROCHA, M.; SILVA, S. D. da (eds.) (2019), *Contexto Programa Projeto: Arquitetura e Políticas Públicas de Habitação*, Porto, FAUP/Mapa da Habitação.

RODRIGUES, T. (1993), “A dinâmica populacional da cidade do Porto em finais do século XIX”, *História – Revista da Faculdade de Letras do Porto*, n.º 10, pp. 301-316.

RONCAYOLO, M. (2002), *Lectures de Villes. Formes et temps*, Marselha, Éditions Parenthèses.

ROSAS, F. (2010), “A crise do liberalismo oligárquico em Portugal” in F. Rosas; M. F. Rollo (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, pp. 15-26.

SUTCLIFFE, A. (1981), *Towards the Planned City: Germany, Britain, the United States, and France, 1780-1914*, Oxford, Blackwell.

TEIXEIRA, M. C. (1996), *Habitação Popular na Cidade Oitocentista. As ilhas do Porto*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT.

TOPALOV, C. (1989), “Urbanisme comme mouvement social: militants et professionnels du *city planning* aux États-Unis” (1909-1917), *Annales de la Recherche Urbaine*, n.º 44-45, pp. 139-154.

João Queirós - *Da afirmação de uma «questão urbana» à produção das primeiras respostas urbanísticas do Estado: crise sanitária, movimento higienista e estruturação do campo burocrático perspectivadas a partir do Porto*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 2. 2020. 157-180. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e3

WEBER, M. (2001), “Tipos de dominação” in M. B. da Cruz (org.), *Teorias Sociológicas. I Vol. – Os fundadores e os clássicos (antologia de textos)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 681-723.